

CENTRO DE ESTUDOS ANGLICANOS – CEA

“Dominus Iesus” de Ratzinger não é com certeza o Senhor Jesus, o Filho de Deus presente na Igreja - Considerações sobre o documento “Dominus Iesus”

*Lauri José Wollmann **

1. O primeiro momento

Diante de cada novidade que surge, podemos observar diferentes reações. O documento “Dominus Iesus” não escapou desta regra. Os meios de comunicação, de modo especial jornais escritos, tiveram um papel significativo na divulgação do documento.

Para muita gente foi como ser acordado com violência, no momento exato em que se estava sonhando o sonho do ecumenismo. “Novo milênio sem exclusões”, plebiscitos e tantas outras realidades. Tudo parecia estar mais palpável. Até mesmo o clima criado em torno das olimpíadas contribuía para visualizar a possibilidade de que a Unidade é possível. Mas o anúncio da nova ordem soou como um tiro de pistola em meio a um suave concerto.

As reações iniciais foram variadas: indignações, revoltas e também de desconforto por parte de alguns setores atingidos dentro de sua própria casa.

É muito provável que encontremos grupos que passarão a dizer que o documento tem outros objetivos, que tem caráter mais voltado ao interno da Igreja Católica Romana. Outros ainda tentarão amenizar, dizendo que o alcance do documento não é tão grande. Posso até admitir que não terá efeitos imediatos sobre todas as comunidades. Porém, o documento atinge brutalmente todos aqueles que se colocaram a serviço do ecumenismo. O documento, ao enfatizar superioridade da Igreja Católica Romana, enfatiza justamente aquilo que em nada contribui para a Unidade. Num olhar retrospectivo, ele representa, no mínimo, a negação de todos os esforços realizados por igrejas diferentes para alcançar sinais palpáveis e que

celebram a Unidade, respeitando justamente o que de mais sagrado existe: a diversidade a serviço da Unidade.

2. Uma análise do texto

Uma leitura mais atenta do documento *Dominus Iesus*, mesmo sem pretender avaliar todos os aspectos, revela alguns pontos críticos que merecem maior cuidado.

1. Chama a atenção do leitor a quantidade de citações (102 notas) de documentos, o que em princípio não representaria um problema. Contudo, esta farta fundamentação documentária é tendenciosa, ou seja, utiliza textos cuidadosamente escolhidos para fundamentar as pretensões do documento.

2. A constituição dogmática *Lumen Gentium* (LG) do Concílio Vaticano II representou com toda a certeza um avanço. Animou a muitos. Resgatou a imagem da Igreja como Povo de Deus e não como "sociedade perfeita". Igreja que tem como elo de Unidade Jesus, o Filho de Deus, mediador entre o Pai e o mundo. Dentro do documento "*Dominus Iesus*" esta mesma "*Lumen Gentium*" é utilizada para garantir e legitimar principalmente que o "papa" é o sucessor de Pedro. A LG que tinha como ponto focal Jesus Cristo como mediador entre Deus e seu Povo, a Igreja como instrumento a serviço do Reino, na argumentação de Ratzinger a Igreja Romana é o Reino. De anunciadora do Reino passa a ser o Reino (cf. o cap. V no. 18). Deixa, portanto, de ser instrumento para se tornar fim.

3. Das 102 notas que tem 19 são da Encíclica *Redemptoris Missio* de João Paulo II. Este texto em sua proposta original mostrava a missão da Igreja como instrumento a serviço da Evangelização. Na declaração *Dominus Iesus* este texto é colocado como sustentação da exclusividade da missão conferida à Igreja Romana.

4. Causa estranheza que das 102 notas, apenas uma cita um teólogo deste século. Trata-se de Leonardo Boff. Podemos situar nesta nota duas observações: a primeira está diretamente ligada a uma questão de relacionamento pessoal entre Ratzinger e Boff; a segunda está em continuidade com a primeira, ou seja, como Ratzinger ocupa cargo que outrora eliminava pela fogueira todo aquele que ousava pensar de modo diferente, ainda que teologicamente correto. Como hoje já não é mais possível simplesmente eliminar os diferentes, este mesmo Ratzinger "inventa" maneiras de eliminação. O livro "*Igreja, Carisma e Poder*", que

constitui o centro de toda a perseguição de Ratzinger a Leonardo Boff, está em sintonia com outros teólogos, como Hans Küng, Edward Schillebeeckx e tantos outros. Hans Küng, por exemplo, nega que "serviço de Pedro seja sinônimo de papado" (cf. *Die Kirche*, p.516).

5. Gera certa perplexidade o documento quando se olha para o agir de João Paulo II. Suas viagens são marcadas por encontros com o diferente: muçulmanos, judeus... esforço este que tem uma síntese, ao menos teórica, na encíclica "Ut Unum Sint". Cabe aqui uma observação: Ratzinger cita apenas três vezes esta encíclica.

6. O documento *Dominus Iesus* coloca também a seu serviço textos bíblicos, nos moldes mais fundamentalistas possíveis. Evita o texto de Mateus 16.13-20, texto de larga aplicação para justificar o primado de Pedro, preferindo o texto de João 21.15-19. Mas a leitura mais equivocada é quando identifica a Igreja com a videira, lendo João 15.1ss.

7. A materialidade do texto revela a intenção do autor. Apenas a Igreja Católica de Roma é considerada Igreja, sempre grafada em letra maiúscula, enquanto que as outras nem sequer são chamadas de igrejas.

Conclusões

Passado o primeiro momento, em que as reações de revolta e indignação são perfeitamente justificáveis, é preciso reorganizar o caminho a ser seguido. Propomos aqui algumas pistas para nortear reflexões e ações. Não se trata de nenhuma receita em forma de palavra final incontestável.

1. Haveremos de encontrar posturas diferentes de irmãos da Igreja Católica Romana. Alguns farão de conta que nada aconteceu e continuarão a trabalhar pela Unidade, sem muito se importar com o documento. Com esta postura, passarão a ser alvo de críticas e até mesmo reprimendas por parte de seus superiores. Um segundo grupo permanecerá como que em estado de choque e sem muita força para reagir. E um terceiro grupo, numericamente muito maior, se sentirá muito à vontade para aplaudir o documento e suas conseqüências. Este último grupo é particularmente forte, pois foi "plasmado" para ser o novo tipo de clero e episcopado. Formado para respostas "ad intra", sem maiores preocupações para com a dimensão social e profética da Igreja.

2. Encontraremos aqueles que tentarão dizer que o documento tem pouco alcance, alegando que se trata apenas de um documento de um cardeal.

Esta seria uma maneira ingênua de ler os fatos, pois o documento traz toda força do próprio João Paulo II:

“O Sumo Pontífice João Paulo II, na audiência concedida, a 16 de Junho de 2000, ao abaixo-assinado Cardeal Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, com ciência certa e com a sua autoridade apostólica, ratificou e confirmou esta Declaração, decidida em Sessão Plenária, e mandou que fosse publicada.

Dado em Roma, sede da Congregação para a Doutrina da Fé, 6 de Agosto 2000, Festa da Transfiguração do Senhor.

Joseph Card. Ratzinger
Prefeito”

3. Ao afirmar a superioridade e exclusividade da Igreja de Roma, chamando para si a responsabilidade da salvação, temos duas conseqüências imediatas:

a) a volta para o tempo do “extra ecclesia nulla salus”;

b) todos os esforços realizados em prol do ecumenismo e seus resultados foram relativizados. Concordamos com Dom Glauco Soares de Lima, Bispo Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, que afirmou: “Estou convencido de que a Unidade dos cristãos, a Unidade da Humanidade, é uma construção que está sendo feita nas bases das igrejas e não nas suas cúpulas, por melhor que elas sejam. Assim, independente das notas, decretos, encíclicas etc, vamos continuar a construção, que é um processo de amor orientado pelo Espírito Santo que se manifesta em nós”. A mesmo tempo que concordamos, alertamos para as implicações que o documento traz. Trata-se de um documento emitido pela Congregação Para a Doutrina da Fé e tem, ao mesmo tempo, o aval de João Paulo II. Considerando o episcopado e o clero gerado no tempo de João Paulo II e a “fidelidade cega” destes, as conseqüências não serão tão tênues.

4. Fica ainda uma pergunta de ordem prática: como será o relacionamento interno do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC)? Se este é composto de Igrejas-Irmãs em condição de Igualdade, a Igreja Católica Romana negará a aceitação do documento Dominus Iesus ou as demais igrejas aceitarão uma condição de inferioridade?